

A ESCOLARIZAÇÃO DOS TRABALHADORES BELORIZONTINOS (1893-1930).

Daniela Oliveira R. dos Passos¹

1. Introdução

A classe trabalhadora, de meados do século XIX e início do século XX, foi incorporada ao processo político por uma forte e intensa solidariedade de classe, trazida em consciência revolucionária por suas organizações. Mesmo havendo diferenciações na forma de luta, variando de país para país, podemos dizer que verificou-se um padrão relativamente homogêneo em busca da consolidação dos interesses da classe trabalhadora, concretizado no papel exercido pelos partidos e pelos sindicatos. “Ao partido, cabia à solidariedade de classe em termos ideológicos e ao segundo representar seus interesses imediatos frente ao capital” (PRATES, 1986. p.01). Desta forma, a entrada da classe trabalhadora na arena política, trouxe consigo uma tradição política ideológica articulada em torno de seus próprios interesses.

A formação da classe trabalhadora em Belo Horizonte data, desde o início da fundação da cidade (1893-1897), quando se fez necessário a contratação de operários para trabalhar nas diversas áreas da construção civil e nas atividades comerciais e industriais da nova capital mineira. Os trabalhadores passaram a se reunir e organizar-se politicamente no intuito de conquistar principalmente condições mais dignas de trabalho. Esta formação teve características diversas, mas com interesses comuns de luta e reivindicações, onde procuravam criar centros para defesa de seus interesses.

O contexto no qual se constituirá este trabalho está relacionado ao final do século XIX e as primeiras décadas do século XX (de 1893 a 1930), quando uma parte da sociedade brasileira, a classe trabalhadora especificamente, procurou ganhar força e voz na vida institucional do país (GOMES, 2005, p. 299). Assim, haverá a tentativa de pensar a classe trabalhadora belorizontina como um fenômeno histórico ligado à vida política do estado mineiro.

Uma das práticas que nortearam o movimento trabalhista em Belo Horizonte foi

¹ Professora Efetiva da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UEMG). Doutora em Sociologia (UFMG). Mestre em História (UFOP). ddanipassos@gmail.com

o reformismo², e para entender sua influência junto aos trabalhadores belorizontinos será indispensável realizar um estudo mais aprofundado sobre a construção da cidade de Belo Horizonte para, desta forma, identificarmos, por meio das condições socioeconômicas da cidade em formação, os elementos que propiciaram a estruturação e constituição do proletário enquanto classes.

Belo Horizonte apresentou um grau de especificidade em sua formação, se comparada à constituição das outras capitais do país. Construída com o ideal de ser uma metrópole republicana, a referida cidade representou o que de mais moderno existia para o período. Ao romper com a antiga ordem política – monarquia – a capital mineira teria a missão de simbolizar a “*ordem e o progresso*” da nascente República.

Concomitantemente, Belo Horizonte foi construída através da intervenção estatal, planejada nos modelos urbanísticos inspirados nas construções dos centros urbanos de Washington e Paris. No plano das ideias, os engenheiros-chefes responsáveis pela edificação da cidade, se basearam, sobretudo nas matizes filosóficas do positivismo e do racionalismo, assentando-se ainda, em ideias sanitaristas que, conseqüentemente, proporcionaram um espaço modelar, disciplinado, de ordem social.

Desta forma, para pensar a formação das classes trabalhadoras na nova capital mineira, será importante reconstituir a construção deste espaço onde as disputas políticas pelo acesso à cidade, melhores condições de vida e trabalho tornaram-se pano de fundo da constituição dos trabalhadores belorizontinos enquanto classe.

No que tange ao projeto de educação da nova Capital mineira, apesar de prevista no projeto arquitetônico de Belo Horizonte, a estrutura escolar da instrução pública somente se organizou após sua inauguração e, principalmente, no início do século XX com o surgimento dos grupos escolares durante o governo do Estado de João Pinheiro (1906-1910) e de sua Reforma do Ensino Primário e Normal, de 1906. O objetivo do empreendimento desse governante coadunava com a ideia de formar “um povo instruído e regenerado para a nova vida.” (VEIGA, 2002, p.310). Os seus pressupostos se

² O termo reformista refere-se ao movimento operário que buscava mudar aspectos sociais definidos sem romper com ordem social e econômica, e visava conquistar melhorias nas condições de vida dos trabalhadores. No que concerne ao reformismo, ou “sindicalismo amarelo”, Cláudio Batalha (1990, p.120) o analisa não apenas como uma corrente política una, mas de práticas mistas que poderiam ir “[...] desde o socialismo reformista ao mais estreito tradeunionismo, passando por correntes que se arvoram republicanas, sociais ou cooperativistas”.

relacionavam ao ideário republicanista brasileiro, segundo o qual a

escola é concebida como instrumento de civilização, o ensino público é avaliado como padrão para se medir o progresso e a moralidade de um povo, a instrução é base fundamental para o verdadeiro progresso social (ARAÚJO; SOUZA; PINTO, 2013, p.131-132).

Ainda de acordo com Veiga (2002, p.330), “a hierarquização da ocupação da cidade corresponde à hierarquização do acesso ao saber”, o que significa dizer que o próprio ordenamento urbano de Belo Horizonte interferiu na abertura de grupos escolares, que seguiram a lógica da racionalidade partindo do centro (zona urbana, destinada as elites) em direção a periferia (zona suburbana, em geral, ocupada por pobres e trabalhadores).

Nessa conjuntura, as associações operárias desempenharam um importante papel, já que algumas delas mantiveram escolas (diurnas e noturnas) destinadas aos trabalhadores e seus filhos, em suas sedes ou nos centros fabris. Para fins de análise deste trabalho, destaque para as ações das entidades *Centro Operário*, *Confederação Auxiliadora do Estado de Minas Gerais*, *Centro Confederativo do Estado de Minas Gerais (1º Congresso Operário Mineiro)* e *Confederação Católica do Trabalho*. No caso belorizontino, essas associações se caracterizavam como entidades que formavam um misto de reformismo e mutualismo, contrapondo-se (*a priori*) às ações ditas revolucionárias.

Estas entidades procuravam desempenhar uma relação amistosa com o poder público. Atuando através dos meios legais a fim de consolidarem diretos trabalhistas, desenvolviam práticas voltadas para a elaboração e o envio de petições ao Congresso ou mesmo através dos apelos e reclamações publicados nos jornais operários da época. Também tinham por meta, como dito, a instrução dos proletários através da criação de escolas operárias, ou mesmo por meio de palestras e conferências. Entre algumas ações, no âmbito pedagógico, há de se destacar a oferta de cursos noturnos aos trabalhadores, e o apoio às políticas educacionais promovidas pelos poderes públicos, visando a ampliação do número de escolas voltadas para operários e seus filhos.

Assim, a relevância da pesquisa reside na proposta de analisar a construção da nova Capital mineira e investigar como ocorreu a formação dos trabalhadores belorizontinos, enquanto classes, neste espaço e a luta em prol de melhores condições de trabalho e vida, passando pela possibilidade de

instrução pedagógica dos operários.

2. Belo Horizonte: formação espacial, formação das classes trabalhadoras e instrução pedagógica.

A mudança da Capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, cidade nova e planejada, foi decidida pelo Congresso Mineiro em 1893. Sem demora, no ano seguinte, a Comissão Construtora da Nova Capital deu início as obras da futura sede estadual.³ Em dezembro de 1897, durante o governo de Bias Fortes, a capital estabeleceu-se na então chamada Cidade de Minas (antigo Curral del-Rei), embora ainda houvessem obras por fazer. Somente com a Lei nº 302, de 01 de julho de 1901, a capital foi oficializada com o nome de Belo Horizonte.

Belo Horizonte, ao contrário da maioria das cidades, foi construída pela intervenção estatal, num traçado modernizador, inspirado nas experiências urbanísticas das cidades europeias e norte-americanas, ou seja, uma cidade planejada. Segundo Letícia Julião (1996, p.51), a criação e a construção da cidade concretizavam os desejos de uma elite que encarava o advento da República como sinal de uma ruptura com o passado, preconizando a modernização e o desenvolvimento nacional.

Movido pela nova ordem republicana, positivista e científica, inspirado ainda em um repertório urbanístico em alta no estrangeiro, Aarão Reis (atendendo ao governo da época) planejou a cidade concebendo as ruas como “artérias e veias”. O planejamento das cidades, durante o século XIX, assentou-se em ideais sanitaristas, comparando-as a um corpo saudável, limpo e onde o movimento se dava com total liberdade, e a população pudesse respirar livremente, numa cidade altamente organizada e compreensiva, em que ruas, avenidas e praças representassem uma ruptura radical com o modelo das cidades até então (PASSOS, 2016, p.56).

Característica de uma cidade que se desejava moderna, Belo Horizonte não fugiu ao paradigma de ser um local de segmentação. De acordo com o estilo funcional e progressista de urbanismo que se iniciou na segunda metade do século XIX, a nova

³ A Comissão Construtora da Nova Capital foi extinta em 1898, no ano seguinte a inauguração da nova capital. As obras inacabadas da cidade foram assumidas pela Secretaria da Agricultura.

Capital de Minas Gerais também possuía espaços classificados e ordenados de acordo com as funções e necessidades sociais. Tal fato é percebido no projeto/planta do engenheiro Aarão Reis, que dividiu Belo Horizonte em três zonas:

A zona urbana que constituía o espaço moderno e ordenado reservado para as elites mineiras. Possuía avenidas largas, retas, geométricas, infra-estrutura sanitária e técnica, área que deveria ser espelho das cidades mais modernas do mundo; a zona suburbana, fora dos limites da Avenida do Contorno que funcionava como uma fronteira que separava a vida urbana da suburbana, onde as moradias eram sofríveis e os serviços precários; e, por fim, a zona rural, um cinturão verde, onde se localizariam os núcleos coloniais que abasteceriam a Capital de frutas, legumes, verduras e matéria prima para a sua construção (OLIVEIRA, 2004, p.34-35).

Esta divisão funcionava como instrumento para o controle social da cidade. Os construtores fixaram os seus limites, classificaram e hierarquizaram os territórios, que deixaram de ser uma “dimensão indefinida” para se transformarem em áreas delimitadas e identificáveis. O objetivo desse “enquadramento social” era o de estabelecer uma ordem, dentro da cidade. Nas ideias de Aarão Reis era necessário “traçar com a régua e o compasso uma ordem social harmônica, unitária, onde não haveria lugar para a chamada desordem urbana” (JULIÃO, 1996).

Assim, em se tratando do plano da cidade de Belo Horizonte houve uma rigidez quanto à construção do espaço, que destinava a área interna - perímetro da Avenida do Contorno - a funções específicas, empurrando para as zonas suburbanas e rurais as camadas populares.

No que tange a formação das classes trabalhadoras belorizontinas, esta, segundo Eliane Dutra (1988, p.16) iniciou-se em Belo Horizonte através da criação de associações de cunho operária, ou seja, da necessidade dos trabalhadores de se reunirem, enquanto parte de um mesmo grupo social, para tratarem de seus interesses.

Impedidos pela Constituição de 1824 de criar qualquer forma de organização sindical, os trabalhadores encontraram, primeiramente, nas sociedades de socorro mútuos o meio para exercer a “solidariedade” (auxílios para membros em caso de doença, invalidez, desemprego, funeral, etc.) e para zelar pelos interesses classistas. (BATALHA, 2000, p.14). Posteriormente, os trabalhadores também se organizaram em associações sindicais que mesclavam o mutualismo e resistência, lutando por melhores salários, diminuição da jornada de trabalho e condições de labuta mais dignas - o que se estenderia

de 1888 a 1917. Contudo, é importante levarmos em consideração que estas duas formas de organizações operárias, não foram puramente dicotômicas. A passagem do período mutualista para as organizações de resistências ocorreram de forma gradual e lenta. Ou seja, este seria um fenômeno mais complexo. As mutuais “puras” nunca desapareceram completamente; elas incorporam práticas de resistência, assim como as sociedades de resistência adotaram práticas assistenciais.

Para Dutra, (1988), durante a Primeira República, houve em Belo Horizonte predominância de setores sindicais moderados (trabalhistas e reformistas) que frequentemente recorriam ao Estado, e que foram engrossados com a influência da Igreja Católica no movimento operário, expressão máxima do fenômeno que denomina de “clientelismo operário”. A primazia das propostas reformistas no movimento operário da cidade era explicada por esta ser o centro político mineiro, onde o poder público interferia diretamente em todas as atividades. Ademais, além de Belo Horizonte ser uma cidade administrativa, já em seu início o parque industrial era moderno e mecanizado (apesar de incipiente), e por isso menos dependente de mão de obra, o que proporcionava sensível redução das chances de êxito das demandas operárias.

Cabe ressaltar que mesmo o reformismo sendo, por vezes, percebido como adesão consciente aos valores dominantes, logo, seus princípios não seriam revolucionários, não ter embasamento revolucionário não significava que os reformistas eram desprovidos de qualquer forma de consciência. Ao contrário, pois apresentavam também uma forma de luta, pois mesmo que a crítica ao capitalismo assumia por vezes uma forma radical, o fundamental da ação reformista visa combater os males do capitalismo e não superá-lo, ou melhor, destruí-lo (DUARTE; PASSOS, 2017).

Portanto, é interessante entender que nem toda política envolve o confronto direto. As reivindicações trabalhistas podem ir desde súplicas humildes até ataques brutais, passando por petições, reivindicações através de palavras de ordem e manifestos revolucionários. O confronto, e mesmo a formação da consciência de classe, depende da mobilização, da criação de meios e de capacidades para a interação coletiva. (TILLY, McADAM; TORROW (2009).

Quanto à instrução pedagógica em Belo Horizonte, tais orientações tiveram início nos primórdios do século XX com o surgimento dos grupos escolares durante o governo estadual de João Pinheiro (1906-1910) e de sua Reforma do Ensino

Primário e Normal, de 1906. Essa reforma de ensino era destinada a parcela considerada mais carente da população mineira e “deu uma nova feição ao ensino primário, com a criação dos grupos escolares, reinventando, portanto, a escola mineira.” (FARIA FILHO, NOGUEIRA, 2011, p.538). Ademais, buscou ser uma alternativa às escolas isoladas (tidas como atrasadas e materialmente precárias) ao instituir os grupos escolares em Minas Gerais,⁴ tomada em sua materialidade (suntuosidade dos prédios dos grupos escolares, boa localização, mobiliário e métodos modernos, turmas seriadas, professores adequados, fiscalização profissional, etc.) como “um espetáculo de racionalidade e de civismo.” (VEIGA; FARIA FILHO, 1997, p.216).

Seguindo esse pressuposto, entre 1907 e 1910, Belo Horizonte contava com três grupos escolares localizados na zona urbana: Barão do Rio Branco (1907 - O Grupo Escolar Barão do Rio Branco funcionou até 1914 onde atualmente está localizada a Escola Estadual Afonso Pena, na Avenida João Pinheiro. A partir desta data foi transferido para prédio próprio, na Avenida Getúlio Vargas), Afonso Pena (1907) e Cesário Alvim (1909 - O prédio do Grupo Escolar Cesário Alvim foi inaugurado em 1930. Antes disso, funcionou provisoriamente em outros locais). Já o quarto grupo escolar, Francisco Sales (1911), foi construído no Barro Preto, bairro naquele tempo residido por trabalhadores e que se localizava no limite entre a zona urbana e suburbana, donde percebe-se a inicial expansão dessas instituições para além da região central. A partir de então, outros grupos escolares foram inaugurados na zona suburbana ou no seu limite.⁵

Segundo Faria Filho e Nogueira, (2011) a instrução primária noturna de trabalhadores já existia em Minas Gerais desde o século XIX, sofrendo retração em seu movimento de expansão a partir dos anos finais do século XIX, e retomando seu

⁴ Schueler, Sá e Ferro (2013) apontam que, a despeito da defesa nos discursos dos presidentes dos estados brasileiros dos grupos escolares como a mais moderna forma de escola primária, esta se manifestou timidamente até a década de 1920, momento em que as escolas isoladas ainda eram maioria. As autoras (2013) revelam, a título de exemplificação, a existência de 171 grupos escolares e 1.566 escolas isoladas em Minas Gerais no ano de 1922.

⁵ Tais como: Grupo Escolar Barão de Macaúbas (1914), no Floresta; Grupo Escolar Bernardo Monteiro (1914), no Calafate; Grupo Escolar Henrique Diniz (1914), no Santa Efigênia; Grupo Escolar Silviano Brandão (1914), no Lagoinha; Grupo Escolar Sandoval de Azevedo (1928), no Horto; Grupo Escolar Mariano de Abreu (1929), no Cachoeirinha; Grupo Escolar Lúcio dos Santos (1929), no Carlos Prates; Grupo Escolar Diogo de Vasconcelos (1930), no Floresta; Grupo Escolar Flávio dos Santos (1930), no Floresta; Grupo Escolar José Bonifácio (1930), no Santa Tereza; Grupo Escolar Professor Caetano Azeredo (1930), no Barro Preto; etc.; além de outros grupos escolares criados na área central – Olegário Maciel (1925) e Pedro II (1926) – e das escolas isoladas e escolas reunidas dispersas pela cidade e que coexistiram junto aos grupos escolares.

desenvolvimento, a partir das reformas educacionais que ocorreram após 1906. De acordo com a Reforma João Pinheiro, regulamentada pelo decreto nº 1.960, de 16 de dezembro de 1906, era obrigação do governo a criação de escolas noturnas para adultos desde que a frequência mínima fosse de 30 alunos. Em 1917, inclusive, foi criado o primeiro grupo escolar noturno do Estado, o Assis das Chagas (o Grupo Escolar Assis das Chagas foi criado pelo decreto nº 4.726, de 21 de março de 1917. Funcionou nas dependências do Grupo Escolar Cesário Alvim até 1937, depois foi transferido para as dependências do Grupo Escolar Olegário Maciel).

Como dito, as associações operárias, inseridas neste contexto desempenharam um importante papel, já que algumas delas mantiveram escolas (diurnas e noturnas) destinadas aos trabalhadores e seus filhos, em suas sedes ou nos centros fabris. Essas escolas vinculadas às associações empreendiam, única e exclusivamente, a alfabetização desses operários, não pretendendo ser lugar de “doutrinação político” (DUARTE; PASSOS, 2017). De acordo com iniciativa dos trabalhadores no estabelecimento de escolas estes foram:

Agentes indispensáveis na promoção das mudanças e na reivindicação de seus direitos, articularam, para isso, uma intensa vida associativa, via organização e mobilização da classe trabalhadora, buscando na instrução e na educação os principais instrumentos de luta e defesa de seus direitos. (FARIA FILHO; NOGUEIRA, 2011, p.532-555).

Esse foi o caso do Centro Operário de Belo Horizonte, fundando em 1903 e tendo como porta voz o jornal *O Operário*. O Centro, mesmo se identificando como uma associação de resistência, ao desenvolver ações de caráter sindical, também mantinha práticas assistenciais, atuando como uma sociedade mutualista. E entre os principais fins, do Centro Operário havia a ideia da instrução do proletariado por meio da escolarização:

a) (...) criação de um consultório legal para defender os sócios que forem vítimas de abusos e injustiças, seja por parte de autoridades ou particulares; b) **promoção da instrução e cultura geral dos sócios e do proletariado em geral por meio de escolas, bibliotecas, conferências, etc.**; c) trabalho pela união e organização do proletariado em geral, a fim de conseguir melhoramentos e reformas tendentes a emancipar as classes trabalhadoras da servidão econômica e política em que jazem; d) trabalho pela união e organização de cooperativas de consumo e de produção e angariar o proletariado local em todos os

casos em que for útil e conveniente.⁶

No noticiário do jornal *O Operário* de dezembro de 1903, há uma menção da iniciativa de se concretizar a criação de uma escola noturna para os operários, e filhos destes, filiados ao Centro.⁷ Mas, o que se tem é apenas a instrução dos trabalhadores via palestras e através do próprio periódico.

Contudo, é somente com a Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais, é que foi criada uma escola para trabalhadores e seus filhos. Fundada na Capital mineira no ano de 1905 a Confederação seguiu atuando até 1920. Um dos princípios desta associação e de seu jornal *O Labor* era agregar todo e qualquer operário. Seus princípios eram a filantropia, a sociabilidade e a instrução, e dentre seus objetivos constava os de cuidar dos enterros dos associados e dispor de fundos financeiros para criar pensões aos órfãos e uma comissão de beneficência.

No que se refere à instrução dos operários, a Confederação Auxiliadora teve um importante papel. Como dito, a associação foi à primeira entidade classista da capital a criar uma escola primária pública para os trabalhadores e seus filhos, no ano de 1910 (NOGUEIRA, 2009). E em 1917 foi à primeira associação a criar uma escola com cursos noturnos exclusivos para operários, como noticiado no jornal *Minas Gerais*:

Fica deste já, aberta a matrícula para os operários adultos e menores que quiserem frequentar a escola primária pública desta confederação que funcionará no edifício próprio, sito à Rua Tupinambás em frente ao 2º grupo escolar. Os pretendentes deverão procurar o abaixo assinado encarregado do serviço de matrícula que se encerrará no dia 31 do corrente, em sua residência, a praça da estação nº 150.⁸

Os cursos tinham duração de quatro anos; contavam com subsídios do governo para mantê-los regulares. O espaço escolar era destinado exclusivamente à instrução, sendo proibido qualquer tipo de palestra com fins reivindicatórios, ficando as lutas trabalhistas apenas para as assembleias que ocorriam na sede da Confederação (NOGUEIRA, 2009).

Ainda de acordo com Vera Nogueira (2009) quanto à gestão e ao acompanhamento pedagógico do curso, esses eram da competência do Presidente da Confederação, a quem também competia nomear dois membros para compor a banca examinadora e acompanhar a

⁶ *Estatutos do Centro Operário de Belo Horizonte*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1905. Grifos meus.

⁷ *O Operário*, Belo Horizonte: 07/12/1903

⁸ *Minas Gerais*, Belo Horizonte: 15/10/1910.

realização de todos os exames. As competências eram assim, explícitas no Art. 4º do Regimento Interno da Escola Operária:

(...) exercer a inspeção geral da Escola; observar e fazer cumprir o presente Regimento; convocar e presidir as sessões do Conselho Deliberativo (...); rubricar todos os livros de escritura da Escola lançando nos mesmos os termos de abertura e encerramento; ordenar as despesas de aquisição de objetos de expediente e artigos escolares; assistir, sempre que julgar conveniente, às lições.

De acordo com os líderes da entidade o que poderia dar força moral aos trabalhadores seria a instrução, pois através do saber escolar, os filhos de operários não empunhariam a “gazua” e a “dinamite” nas grandes mineradoras. Através do saber escolar os trabalhadores poderiam se “salvar na arca santa das letras”, tendo instrução suficiente para cobrar “amparo legal do Estado” e garantias de um futuro digno para eles e seus familiares.⁹ Toda essa experiência da Confederação será utilizada como argumento, pelo seu Presidente, para reivindicar junto ao governo do Estado mineiro a criação do primeiro Grupo Escolar noturno, como extensão da Escola Operária.

A preocupação com a educação dos trabalhadores esteve também presente no I Congresso Operário (1907) quando, em meio às reivindicações, foi assim expressa:

(...) quais os meios que se devem lançar mãos para preparar o operariado mineiro, para a luta pacífica pelos seus direitos? Instrução e Educação? Fundação de escolas livres? Frequência obrigatória? Perseguição aos jogos e demais vícios?¹⁰

Em resposta os responsáveis pelo Congresso afirmam ser necessário:

Preparar o operariado para a luta profícua pelos seus direitos (...) [solicitando ao governo estadual] a necessidade da fundação de escolas noturnas nos centros fabris e industriais e de escolas profissionais e de belas artes no Estado, e de ser concedido auxílio pecuniário às fundadas pelas associações; e aconselhará a fundação de escolas livres nas sedes destas (...). As escolas livres fundadas pelas associações terão regulamentação especial, calçada nas leis do país e terão por fito a difusão da instrução e educação moral, cívica e intelectual entre os operários.¹¹

Essa preocupação deu lugar à ação e várias foram às associações e sindicatos que se dedicaram à instrução dos operários da capital. Ao assumir, durante décadas,

⁹ *O Labor*, Belo Horizonte: 02/08/1905.

¹⁰ Programa do I Congresso Operário Mineiro (Sabará 02/03/1907) In: *Minas Gerais*, Belo Horizonte: 02/03/1907.

¹¹ *O Confederal*, Belo Horizonte: 02/05/1907.

juntamente com diversos outros sindicatos, essa tarefa, as entidades estavam proporcionando à população trabalhadora um acesso à instrução e, de acordo com os discursos das elites do final do século, o acesso às luzes e à cidadania (NOGUEIRA, 2009).

Outra entidade que também corroborou para a instrução das classes trabalhadoras belorizontinas foi a Confederação Católica do Trabalho. Um dos princípios desta associação e de seu jornal *O Operário* era o de promover a educação profissional, moral e cívica dos trabalhadores. Desse modo, o periódico ao mesmo tempo que elogiava dirigentes por iniciativas voltadas a criação de escolas primárias, escolas maternais, nomeação de professores, entre outras, cobrava pela expansão de escolas para os trabalhadores. Isso porque a alfabetização dos operários era vista como meio destes possuírem liberdade, de compreenderem os regimes políticos, e de saberem regular as suas aspirações pela medida do justo, partindo da ideia de que se o regime não havia sido adaptado ao estado do povo, a educação seria responsável por elevar o povo a altura do regime, fornecendo, assim, instrumentos para a conquista de seus direitos em prol do “progresso” da classe operária (DUARTE; PASSOS, 2017).

A pretensão de instalação de um curso noturno direcionado aos operários, principalmente sócios desta associação, era anunciada logo na primeira edição do jornal. Este curso seria dirigido pelo professor Campos do Amaral¹² e funcionaria a partir de julho de 1920, após a efetivação das matrículas (custo de 5\$000 por sócio, pagas adiantadas) que se encerrariam no mês anterior (final de junho). Conforme a proposta, as aulas ocorreriam de 19 às 21 horas, de segunda a sábado, respeitando domingos e feriados oficiais e religiosos. Às segundas, quartas, quintas e sábados, as lições seriam de português e aritmética, e às terças e sextas, de geografia e história do Brasil.¹³ Anos mais tarde, em 1929, o periódico informava sobre a construção de sua sede “para nela instalar um ‘curso noturno’, uma ‘biblioteca’, um escritório de colocações e informações aos operários, um centro ‘esportivo’, uma sala de educação social e profissional operária, uma

¹² Campos do Amaral atuou na Confederação Católica do Trabalho como membro da comissão de revisão dos estatutos, eleito diretor social em 1919 e 1927, fundador do jornal *O Operário*, diretor do curso noturno operário em 1920, nomeado para as comissões de descanso dominical e regime interno em 1929. Também foi deputado federal em 1934. (Banco de dados do *Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais* – Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas).

¹³ *O Operário*, Belo Horizonte: 19/06/1920

“secção” de união de todas as organizações congêneres existentes no país.”¹⁴ Novamente era retomada a ideia de implementação de um curso noturno vinculado a Confederação.

A Confederação e seu impresso apontavam para uma vontade geral das classes operárias em “progredir” e ocupar um posto mais “elevado” e “nobre”:

[...]. É esse lema adotado pelo atual governo de Minas. Se as classes populares não estão aptas para dirigirem-se porque constituem-se na maioria de analfabetos, vamos alfabetizá-las. Espalhemos mestres, criemos escolas, derramemos, difundamos a luz da instrução por este território vastíssimo.

Livros, livros a mãos cheias, e que ao em vez de cercear-se a liberdade dos cidadãos por não terem suficiente preparo para dela gozar, por meio de obras de educação popular, demos ao grande número a dose de capacidade e experiências necessárias para que se tornem capazes de compreender o regime, de regular as aspirações pela medida do justo. Se o regime não foi adaptado ao estado do povo, procuremos elevar o povo até colocá-lo à altura do regime. Bem haja, pois, um governo que assim pensa, e, o que é melhor, age nesse sentido. Desde o governo Bernardes nos habituamos a ver o órgão oficial do Estado com a sua primeira página repleta de decretos criando escolas, de atos de nomeação de professores. [...].¹⁵

Para concretização dos objetivos e direitos dos trabalhadores em busca do “aperfeiçoamento moral e intelectual da humanidade”, as “inferioridades civis e políticas” deveriam ser eliminadas e para tal o direcionamento do Estado se fazia necessário por meio de políticas educacionais de combate ao analfabetismo, as quais, segundo o jornal, possibilitariam a paulatina elevação do povo à altura do regime.¹⁶ Outra edição do periódico daquele ano destacava como fato consolador “de um lado o esforço titânico do governo mineiro em destruir o analfabetismo, do outro a boa vontade do povo em corresponder a esse patriótico e nobre esforço oficial.”¹⁷

3. Considerações finais

Diante do exposto, é possível afirmar que sendo Belo Horizonte a primeira cidade planejada do país, a proposta dos engenheiros da época (mesmo que de forma não intencional) era enquadrar todas as classes sociais em seus devidos “espaços”, e mesmo

¹⁴ *O Operário*, Belo Horizonte: 17e 25/1929

¹⁵ *O Operário*, Belo Horizonte: Maio 1925.

¹⁶ *O Operário*, Belo Horizonte: Maio 1925

¹⁷ *O Operário*, Belo Horizonte: 10/09/1925

que a camada menos favorecida – incluindo os trabalhadores – tenha sido “expulsa” das localidades da Avenida do Contorno (área urbana e, portanto o “cartão de visita” da cidade), isto não impediu a emergência de uma classe que buscava a realização de seus direitos, reivindicando, se mobilizando e implementando ações organizadas.

Lembrando que muitas destas ações tinham um caráter reformista e que giravam em torno do apoio explícito às políticas educacionais levadas a cabo pelo governo mineiro, traduzidas em homenagens e manifestações de apoio a políticos e outras personalidades mineiras nos periódicos das associações e/ou centros classistas ou em manifestações que estas organizavam nas sedes ou nas ruas de Belo Horizonte.

Isso reforça as ideias sobre o reformismo enquanto corrente predominante no movimento operário de Belo Horizonte. Essa corrente reformista, ainda que por décadas foi diminuída frente a outras manifestações da classe operária, não aceitava os males gerados pelo capitalismo. Ao contrário, compôs uma estratégia diferenciada de luta e manifestação de consciência de classe de grande parte dos trabalhadores brasileiros durante a Primeira República.

E entre as ações organizadas pelas entidades classistas dos trabalhadores, destaque para existência de uma proposta educacional por parte das associações aqui mencionadas, mediante a possibilidade do oferecimento de cursos regulares aos operários e filhos destes. O que os líderes trabalhistas pensavam era que se os operários obtivessem instrução escolar poderiam ver suas próprias vidas “como parte de uma história geral” (THOMPSON, 1989, p.304). Através do saber escolar, os trabalhadores poderiam formar um quadro político de organização dentro da sociedade em que viviam. Por meio da escolarização os operários conseguiriam amadurecer uma consciência de classe e provavelmente estariam cada vez mais cientes do seu papel em lutas e reivindicações por melhores condições de trabalho.

4. Referências

ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes. A escola primária e o ideário republicanista nas mensagens dos presidentes de Estado: investigações comparativas (1893-1918). In: SOUZA, Rosa Fátima de (Org.). *Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)*. Cuiabá: EdUFMT, 2013, p. 105-145.

BATALHA, Cláudio H. de Moraes. “Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República”. In: *Ciências sociais hoje*, 1990. São Paulo. Vértice, Editora dos Tribunais, p.120. 1990.

_____. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p.15.

DUARTE, Renata Garcia Campos; PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. O jornal O Operário da Confederação Católica do Trabalho e as orientações para a educação dos trabalhadores de Belo Horizonte (1920-1930). In: *Revista Escrita da História*, 2017, vol. 4, n.8, p.240-261.

DUTRA, Eliana de Freitas. Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na 1ª República. São Paulo: HUCITEC, 1988.

Estatutos do Centro Operário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1905.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; NOGUEIRA, Vera Lúcia. A escola primária noturna na política educacional mineira (1891-1924). In: FONSECA, Thaís Nívia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação: temas e problemas*. Belo Horizonte: Mazza, 2011, p. 532-555.

FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. A classe operária de Belo Horizonte: 1897-1929. SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS: a República Velha em Minas, V, 1977, Belo Horizonte. V *Seminário de estudos mineiros: a República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p.165-199.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. Primeira parte: A hora e a vez dos trabalhadores.

JULIÃO, Letícia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliane de Freitas; BANDEIRA DE MELO (Org.). *BH: Horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. *A escola primária noturna na política educacional mineira 1891/1924*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2009.

Minas Gerais, Belo Horizonte 15 out. 1910. In: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

O Confederal, Órgão do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, Belo Horizonte: 02 mai.1907. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas

Gerais. Belo Horizonte 02 ago. 1905 In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Operário, órgão do Centro Operário Belo Horizonte, 07 dez. 1903. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Operário, órgão da Confederação Católica do Trabalho, Belo Horizonte, 19 jun. 1920. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Operário, órgão da Confederação Católica do Trabalho, Belo Horizonte, maio 1925. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Operário, órgão da Confederação Católica do Trabalho, Belo Horizonte, 10.set. 1925. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Operário, órgão da Confederação Católica do Trabalho, Belo Horizonte, 17 e 25 jul. 1929. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG

OLIVEIRA, Éder Aguiar Mendes de. *A imigração italiana e a organização operária em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX*. 2004. 93f. Monografia (Especialização em História) – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Centro de Pós Graduação, Pedro Leopoldo, 2004.

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. *Instituições sociais e a resolução do problema da ação coletiva: um estudo das associações trabalhistas de Belo Horizonte no início do século XX*. Tese em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PRATES, Antônio Augusto Pereira. Sindicato: organização e interesses na sociedade capitalista avançada. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1986. Vol. 1, n. 2. p. 1-17.

Programa do I Congresso Operário Mineiro (Sabará 02/03/1907) In: *Minas Gerais*, Belo Horizonte: 02/03/1907.

PUC MINAS. Banco de dados do Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais – Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas, Belo Horizonte.

SCHUELER, Alessandra Frota M.; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; FERRO, Maria do Amparo Borges. A expansão da escola primária graduada nos estados na Primeira República: a ação dos poderes públicos. In: SOUZA, Rosa Fátima de (Org.). *Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)*. Cuiabá: EdUFMT, 2013, p. 161-177.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Vol. III: A força dos trabalhadores.

6 Seminário

Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente | I Simpósio Educação, Formação e Trabalho

TILLY, Charles; McADAM, Doug; TORROW, Sidney. Para mapear o confronto político. In: *Revista Lua Nova*, 2009, nº 76. p.11-48.

VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 310.

VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Belo Horizonte: a escola e os processos educativos no movimento da cidade. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 18, set. 1997, p. 203-222.